

**RELATÓRIO E  
CONTAS**

**2023**

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA  
DOS BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DA TROFA**





# ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

## SEDE

Rua D. Pedro V  
4785-306 TROFA

## TELEFONES

252 400 700  
919 523 770  
965 625 092

## FAX

252 400 709 - Direcção  
252 400 707 - Comando

## E-MAIL

[geral@bombeirostrofa.pt](mailto:geral@bombeirostrofa.pt)  
[direccao@bombeirostrofa.pt](mailto:direccao@bombeirostrofa.pt)  
[comando@bombeirostrofa.pt](mailto:comando@bombeirostrofa.pt)

\*

Filada na  
Liga dos Bombeiros Portugueses

\*

Diploma de Honra e Distinção do  
Serviço Nacional de Bombeiros  
01/11/1995

\*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal  
da Trofa  
30/09/2001

\*

Medalha de Serviços Distintos Grau  
Ouro da Liga dos Bombeiros  
Portugueses  
30/09/2001

\*

Geminada com a Associação dos  
Bombeiros Voluntários de Portimão



## SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância  
Rua Defensores da Barca, 60  
4785-302 TROFA

## TELEFONE

252 417 513

## FAX

252 419 698

## E-MAIL

[infantario@bombeirostrofa.pt](mailto:infantario@bombeirostrofa.pt)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229  
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 31950310

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

### CONVOCATÓRIA

António Manuel Silva e Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem ao abrigo do disposto nos artigos 44º e 47º - nº2 alínea c) dos Estatutos da Associação, convocar os senhores associados para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 20 de Março de 2024, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre da Associação, sita na Rua D. Pedro V, cidade da Trofa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto um: Leitura da Ata da reunião anterior;**

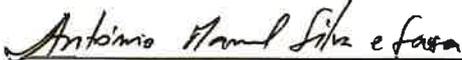
**Ponto dois: Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2023;**

**Ponto três: Outros assuntos de interesse para a Associação.**

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de Associados, a mesma funcionará, meia hora depois, conforme o disposto no artigo 49º.

Trofa, 20 de Fevereiro de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

  
(António Manuel Silva e Sousa, Eng.)





# ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

## SEDE

Rua D. Pedro V  
4785-306 TROFA

## TELEFONES

252 400 700  
919 523 770  
965 625 092

## FAX

252 400 709 - Direcção  
252 400 707 - Comando

## E-MAIL

[geral@bombeirostrofa.pt](mailto:geral@bombeirostrofa.pt)  
[direccao@bombeirostrofa.pt](mailto:direccao@bombeirostrofa.pt)  
[comando@bombeirostrofa.pt](mailto:comando@bombeirostrofa.pt)

\*

Filiada na  
Liga dos Bombeiros Portugueses

\*

Diploma de Honra e Distinção do  
Serviço Nacional de Bombeiros  
01/11/1995

\*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal  
da Trofa  
30/09/2001

\*

Medalha de Serviços Distintos Grau  
Ouro da Liga dos Bombeiros  
Portugueses  
30/09/2001

\*

Geminada com a Associação dos  
Bombeiros Voluntários de Portimão



## SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância  
Rua Defensores da Barca, 60  
4785-302 TROFA

## TELEFONE

252 417 513

## FAX

252 419 698

## E-MAIL

[infantario@bombeirostrofa.pt](mailto:infantario@bombeirostrofa.pt)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229  
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3/950310

Exma. Mesa da Assembleia Geral,

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d), ponto 56.º dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, a Direcção vem apresentar, à Mesa da Assembleia Geral, o Relatório e Contas de Gerência bem como os Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, referentes ao ano de 2023, para análise, discussão, apreciação e votação da Assembleia Geral a realizar no próximo dia 20 de março de 2023, no Salão Nobre desta Instituição.

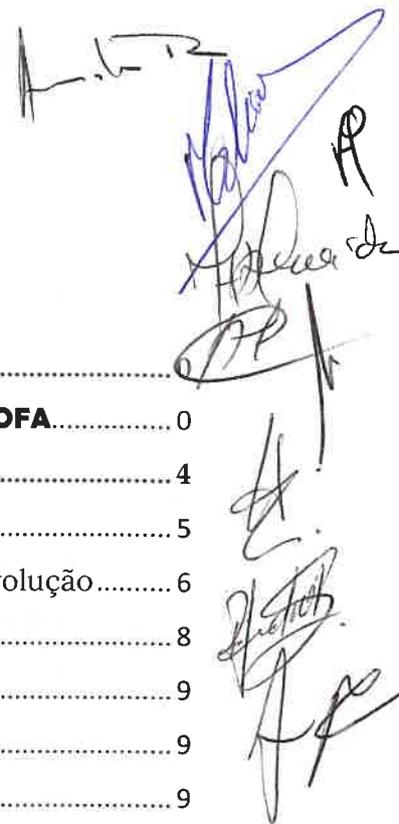
O Presidente da Direcção

Luís Manuel Campos Elias, Dr.



## Conteúdo

RELATÓRIO E CONTAS.....	0
<b>ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA.....</b>	<b>0</b>
Relatório de Gestão.....	4
1. Órgãos Sociais.....	5
2. Enquadramento Macroeconómico em 2023 e Perspetivas de Evolução.....	6
3. Instituição.....	8
4. Resultados das atividades desenvolvidas.....	9
5. Investimentos.....	9
6. Análise da Situação Económica e Financeira.....	9
7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.....	14
8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.....	14
9. Informações exigidas por diplomas legais.....	14
10. Evolução previsível da entidade.....	14
11. Proposta de aplicação de resultados.....	14
12. Outras informações.....	15
13. Encerramento.....	15
Balanço Analítico.....	16
Demonstração de Resultados por Naturezas.....	17
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	18
Demonstração das alterações nos Fundos Próprios.....	19
Anexo.....	20
1. Identificação da entidade.....	21
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras..	21
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	22
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	29
5. Investimentos Financeiros.....	30
6. Créditos a receber.....	31
7. Estado e Outros Entes Públicos.....	31
8. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	
s	31





9.	Outros Ativos Correntes .....	32
10.	Diferimentos.....	32
11.	Caixa e Depósitos Bancários.....	32
12.	Fundos Patrimoniais .....	33
13.	Financiamentos Obtidos.....	33
14.	Fornecedores .....	34
15.	Outros Passivos Correntes .....	34
16.	Serviços prestados .....	35
17.	Subsídios, doações e legados à exploração .....	35
18.	Custo das matérias consumidas .....	36
19.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	36
20.	Gastos com o pessoal.....	36
21.	Outros Rendimentos .....	37
22.	Outros Gastos.....	37
23.	Juros e gastos similares suportados .....	38
24.	Garantias prestadas.....	38
25.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	38
26.	Matérias ambientais.....	38
27.	Acontecimentos após data de Balanço.....	39
28.	Aplicação do Resultado Líquido.....	39
29.	Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras.....	39



*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A. Almeida', 'PP', 'A', 'J', and 'R']*

## Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa vem apresentar e submeter à apreciação a Conta de Gerência relativa ao exercício de 2023.

Este relatório tem como objetivos:

- **Explicitar** os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
- **Apresentar** a situação económica e financeira relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazo e condições de funcionamento;
- **Mostrar** as demonstrações financeiras do exercício de 2023, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

## 1. Órgãos Sociais

### **Biénio 2023/2024**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

<b>PRESIDENTE:</b>	António Manuel Silva e Sousa, Eng.º
<b>VICE-PRESIDENTE:</b>	Filipe de Oliveira Reis, Dr.
<b>SECRETÁRIO:</b>	Fernando Ribeiro Teixeira
<b>SUPLENTE:</b>	José da Silva Oliveira
<b>SUPLENTE:</b>	Manuel Monteiro Fonseca Borges

#### **DIREÇÃO**

<b>PRESIDENTE:</b>	Luís Manuel Campos Elias, Dr.
<b>VICE-PRESIDENTE:</b>	Manuel António Lopes Carvalhal
<b>VICE-PRESIDENTE:</b>	Maria Hermínia Costa Silva Almeida
<b>VICE-PRESIDENTE:</b>	Jorge Humberto Campos Cruz Reis, Eng.º
<b>SECRETÁRIO:</b>	Ana Paula Guimarães Gomes, Dr.ª
<b>SECRETÁRIO ADJ:</b>	Filipe Manuel Azevedo Marinho, Eng.º
<b>TESOUREIRO:</b>	Jorge Manuel Magalhães Ferreira
<b>VOGAL:</b>	Manuel Amândio Silva Dias
<b>VOGAL:</b>	Rui André Azevedo Silva
<b>SUPLENTE:</b>	Fernando Jorge Dias Costa
<b>SUPLENTE:</b>	Paulino Celestino Ferreira Lima
<b>SUPLENTE:</b>	Humberto Reis Silva
<b>SUPLENTE:</b>	Manuel Dias da Costa

#### **CONSELHO FISCAL**

<b>PRESIDENTE:</b>	José Luís Campos Reis, Dr.
<b>VICE-PRESIDENTE:</b>	Fernando Ferreira Neves
<b>SECRETÁRIO:</b>	António Rodrigues Costa Pontes, Eng.º
<b>SUPLENTE:</b>	Maria Fernanda Sousa Ferraz, Dr.ª
<b>SUPLENTE:</b>	Marco Aurélio Martins Carvalho, Eng.º

#### **CONSELHO SUPERIOR**

Cândido Fernandes Pinheiro  
João de Castro Gomes  
Eurico Manuel Silva Ferreira, CM  
Júlio Maia Moreira Dias  
António José Gomes Dias Leitão  
Amadeu de Castro Pinheiro, Cm  
Américo Raposeira Cerdeiras

## 2. Enquadramento Macroeconómico em 2023 e Perspetivas de Evolução

A economia portuguesa, no decorrer do ano de 2023, ficou marcada pelo abrandamento do crescimento económico após o 1º trimestre, devido às consequências da política monetária crescentemente mais restritiva, que se fizeram sentir no mau momento vivido em economias parceiras, com destaque para a Alemanha, e uma inflação superior à esperada no início de 2023, diminuindo o potencial de recuperação face à grande quebra anterior resultante da pandemia, levando a estimativa do PIB para cerca de 2,3%.

Apesar do crescimento económico evidenciado no primeiro trimestre de 2023, em termos de inflação, registaram-se valores inesperadamente elevados, apesar do aumento histórico das taxas de juro promovidas pelo BCE, causados sobretudo por reações exógenas de mercado, nomeadamente pela persistência do conflito bélico no leste europeu, resultando em sanções aplicadas, com consequências no mercado energético e alimentar.

Em relação ao impacto do aumento das taxas de juro do BCE prevista para o ano de 2024, destaca-se a perda do poder de compra, levando a que a capacidade aquisitiva diminua em virtude do aumento do peso dos juros nas despesas correntes das famílias.

De acordo com as projeções do Banco de Portugal (BP), prevê-se uma taxa de crescimento para 2024 de 1,2 por cento, o que constitui uma desaceleração face a 2023, não se podendo excluir a hipótese de recessão em alguns dos principais países da zona euro, nomeadamente a Alemanha, com implicações inevitáveis na economia portuguesa.

Seguem, a baixo, as projeções macroeconómicas à data de dezembro de 2023:

Indicadores Macroeconómicos	Taxa de Variação Anual (%)			
	2023	2024	2025	2026
PIB	2,3	1,2	2,2	2,0
Inflação (IHPC)	5,3	2,9	2,0	2,0
Consumo Privado	1,0	1,0	1,7	1,5
Consumo Público	1,1	1,0	0,9	0,9
Investimento (FBCF)	0,3	2,4	5,2	4,1
Exportações	4,3	2,4	4,0	3,0
Importações	1,3	2,8	4,1	2,8
Emprego	0,8	0,1	0,3	0,3
Taxa de Desemprego	6,5	7,1	7,3	7,2

Fonte: Boletim Económico (BP) e as Perspetivas Económicas e Orçamentais 2023-2026

Da análise das projeções apresentadas na tabela acima, é possível concluir o seguinte:

- A retração do PIB para 1,2% em 2024, é consequência dos efeitos da contração económica nas exportações, e a diminuição da criação de emprego de 0,8% em 2023 para os 0,1% em 2024;



- As exportações evidenciam uma retração dos 4,3% em 2023, para os 2,4% em 2024, contribuindo para a estagnação da atividade económica;
- Em relação às importações, prevê-se um ligeiro aumento, face ao ano anterior, registando-se 2,8%;
- Em relação à inflação, espera-se um abrandamento dos 5,3% em 2023, para os 2,9% em 2024;
- Em termos de taxa de desemprego, espera-se um ligeiro aumento dos 6,5% em 2023, para os 7,1% em 2024.

### 3. Instituição

#### A Associação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-Lei nº. 460/77, de 07 de novembro, tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, assim como a prestação de serviços, nomeadamente de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos.

Exerce também uma atividade de carácter social de apoio à infância, em instalações autónomas, onde funcionam a Creche e Jardim de Infância.

#### Recursos Humanos

Indicadores gerais relativos aos Recursos Humanos no biénio 2022/2023:

##### Análise recursos humanos

Recursos humanos	2023	2022
Número de trabalhadores no final do período	68	64
Gastos com o pessoal (€)	1 209 622,22	1 036 047,35
Gastos médios por trabalhador (€)	17 788,56	16 188,24
VAB por trabalhador (€)	20 760,22	19 762,72
Potencial máximo anual (horas de trabalho)	123 690	111 409
Número de horas trabalhadas	111 855	102 061

#### Estrutura Interna

Distribuição dos colaboradores a 31 de dezembro de 2023 e 2022:

##### Distribuição colaboradores por valência

	Colaboradores	
	2023	2022
<b>Associação Humanitária</b>	<b>44</b>	<b>42</b>
Bombeiros	22	26
Equipa de Intervenção Permanente	15	10
Serviços Gerais	3	3
Serviços Administrativos	3	3
Estagiários	1	0
<b>Creche/Jardim de Infância</b>	<b>24</b>	<b>22</b>
Diretor	1	2
Educadoras	5	5
Ajudantes Ação Educativa	12	10
Serviços Gerais (cozinha/limpeza)	5	5
Serviços Administrativos	0	0
Estagiários	1	0
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>64</b>

## 4. Resultados das atividades desenvolvidas

Abaixo, o quadro resumo dos resultados económicos das atividades desenvolvidas pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa:

<b>Análise resultados</b>				
Unidade monetária: euros				
Resultado das operações	Montante		Variação	
	2023	2022	Valor	2023/2022
Volume de negócios	1 276 048,33	1 213 533,82	62 514,51	5%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(960 217,30)	(924 918,19)	35 299,11	4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	315 831,03	288 615,63	27 215,40	9%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(230 562,57)	(220 513,74)	10 048,83	5%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	85 268,46	68 101,89	17 166,57	25%
Resultado antes de imposto (RAI)	76 576,75	64 746,01	11 830,74	18%
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0%
Resultado líquido do período	76 576,75	64 746,01	11 830,74	18%

## 5. Investimentos

O ano de 2023 foi marcado pela execução de três grandes investimentos:

1. O aumento de 39 para 84 lugares da Creche motivou um investimento, em 2023, de cerca de € 435.000,00;
2. A remodelação do Jardim de Infância acarretou um investimento de aproximadamente € 123.000,00.
3. Compra de 5 viaturas destinadas ao Corpo de Bombeiros: 4 Viaturas Dedicadas ao Transporte de Doentes (VDTD) e uma Viatura Comando Operacional Tático (VCOT) num investimento total de € 227.867.54,00.

## 6. Análise da Situação Económica e Financeira

### Análise da estrutura e de custos

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvida cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Os Fundos Patrimoniais reconhecem a diferença entre o Ativo e o Passivo.

A estrutura e evolução patrimonial da Associação é a que a seguir se apresenta:

**Estrutura e evolução patrimonial** Unidade monetária: euros

Descrição	2023		2022		Variação
	Valor	Valor relativo	Valor	Valor relativo	Valor
Ativo não corrente	3 141 036,41	76%	2 538 274,29	63%	602 762,12
Inventários	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Contas a receber	687 323,20	17%	706 254,96	17%	(18 931,76)
Disponibilidades	308 732,61	7%	793 236,20	20%	(484 503,59)
Diferimentos	10 749,24	0%	13 424,06	0,3%	(2 674,82)
<b>Ativo</b>	<b>4 147 841,46</b>	<b>100%</b>	<b>4 051 189,51</b>	<b>100%</b>	<b>96 651,95</b>
Fundos Patrimoniais	3 637 746,34	98%	3 547 223,06	98%	90 523,28
Resultado Líquido	76 576,75	2,1%	64 746,01	1,8%	11 830,74
<b>Fundos Próprios</b>	<b>3 714 323,09</b>	<b>100%</b>	<b>3 611 969,07</b>	<b>100%</b>	<b>102 354,02</b>
Contas a pagar-não corrente	98 374,09	23%	157 679,50	36%	(59 305,41)
Contas a pagar-corrente	317 389,26	73%	262 023,34	60%	55 365,92
Diferimentos	17 755,02	4%	19 517,60	4%	(1 762,58)
<b>Passivo</b>	<b>433 518,37</b>	<b>100%</b>	<b>439 220,44</b>	<b>100%</b>	<b>(5 702,07)</b>

### Demonstração de Resultado por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 1.889.715,57 euros e de rendimentos no valor de 1.966.292,32 euros. Desta situação, apurou-se um resultado positivo no montante de 76.576,75 euros.

**Demonstração de resultados** Unidade monetária: euros

Descrição	2023		2022	
	Valor	Valor relativo	Valor	Valor relativo
<b>Gastos</b>				
Custo das matérias consumidas	31 474,20	1,67%	23 748,66	1,34%
Fornecimentos e serviços externos	399 652,75	21,15%	466 402,53	26,35%
Gastos com o pessoal	1 209 622,22	64,01%	1 036 047,35	58,53%
Gastos de depreciação e amortização	230 562,57	12,20%	220 513,74	12,46%
Outros gastos e perdas	18 403,83	0,97%	23 272,48	1,31%
Total	1 889 715,57		1 769 984,76	
<b>Rendimentos</b>				
Prestações de serviços	1 276 048,33	64,90%	1 213 533,82	66,14%
Subsídios, doações e legados à exploração	566 773,48	28,82%	541 431,33	29,51%
Reversões	296,56	0,02%	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	123 173,95	6,26%	79 411,57	4,33%
Total	1 966 292,32		1 834 730,77	
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>76 576,75</b>		<b>64 746,01</b>	

Sendo uma instituição prestadora de serviços, a grande parte dos gastos é derivado dos Gastos com Pessoal (62%). Já os Fornecimentos e Serviços Externos representaram 21% dos gastos do período.

### Fornecimentos e Serviços Externos:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação		
	2023	2022	Valor	2023/2022	
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)	
<b>62</b>	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>399 652,75</b>	<b>466 402,53</b>	<b>-66 749,78</b>	<b>-14,31%</b>
622	<i>Serviços especializados</i>	148 315,03	165 822,05	-17 507,02	-10,56%
6221	Trabalhos especializados	24 409,22	23 180,23	1 228,99	5,30%
6223	Vigilância e segurança	2 579,09	822,16	1 756,93	213,70%
6224	Honorários	13 105,09	12 952,48	152,61	1,18%
6225	Comissões	8 281,90	9 043,88	-761,98	-8,43%
6226	Conservação e reparação	97 655,49	117 803,84	-20 148,35	-17,10%
6227	Serviços bancários	2 050,54	2 019,46	31,08	1,54%
6228	Outros serviços especializados	233,70	0,00	233,70	100,00%
623	<i>Materiais</i>	18 916,45	21 764,53	-2 848,08	-13,09%
6231	Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5 726,05	7 995,85	-2 269,80	-28,39%
6233	Material de escritório	3 266,00	3 390,23	-124,23	-3,66%
6235	Medicamentos e material enfermagem	9 115,56	9 779,20	-663,64	-6,79%
6236	Produtos limpeza pavimentos	808,84	599,25	209,59	34,98%
624	<i>Energia e fluidos</i>	147 271,52	196 327,51	-49 055,99	-24,99%
6241	Eletricidade	23 451,78	40 604,20	-17 152,42	-42,24%
6242	Combustíveis	108 152,31	137 722,13	-29 569,82	-21,47%
6243	Água	5 918,16	4 955,84	962,32	19,42%
6244	Gás	9 749,27	13 045,34	-3 296,07	-25,27%
625	<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	3 962,24	3 077,06	885,18	28,77%
6251	Deslocações e estadas	2 088,59	1 146,61	941,98	82,15%
6252	Transportes de pessoal	0,00	540,00	-540,00	-100,00%
6254	Portagens	548,85	556,21	-7,36	-1,32%
6255	Despesas alimentação	1 324,80	834,24	490,56	58,80%
626	<i>Serviços diversos</i>	81 187,51	79 411,38	1 776,13	2,24%
6261	Rendas e alugueres	2 059,08	1 887,49	171,59	9,09%
6262	Comunicação	10 731,04	9 944,39	786,65	7,91%
6263	Seguros viaturas, saúde, multiriscos, etc.	37 704,14	38 110,42	-406,28	-1,07%
6264	Solenidades e festas	9 330,04	7 919,61	1 410,43	17,81%
6265	Contencioso e notariado	908,00	1 314,76	-406,76	-30,94%
6266	Despesas de representação	510,00	342,00	168,00	49,12%
6267	Limpeza, higiene e conforto	13 501,62	14 262,05	-760,43	-5,33%
6268	Outros serviços	6 443,59	5 630,66	812,93	14,44%

Esta rubrica, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta uma diminuição em termos de valor de € 66.749,78, ou seja, cerca de menos 14% relativamente a 2022. Dentro dela, as parcelas que mais contribuíram para esta diminuição foram as de “Conservação e reparação” (-€ 20.148,35), “Eletricidade” (-€ 17.152,42) e “Combustíveis” (-€ 29.569,82).

### Gastos com o Pessoal:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação	
	2023	2022	Valor	2023/2022
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)
63 <b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>1 209 622,22</b>	<b>1 036 047,35</b>	<b>173 574,87</b>	<b>16,75%</b>
632 Remunerações ao pessoal	974 307,46	822 876,33	151 431,13	18,40%
634 Indemnizações	12 000,00	0,00	12 000,00	100,00%
635 Encargos sobre remunerações	187 243,35	157 841,96	29 401,39	18,63%
636 Seguros de acidentes de trabalho	11 874,79	13 118,47	-1 243,68	-9,48%
638 Outros gastos com o pessoal	24 196,62	42 210,59	-18 013,97	-42,68%

Os Gastos com o Pessoal, em 2023, ascenderam aos 1.209.622,22, um aumento de 16,75% relativamente a 2022.

### Rendimentos e Ganhos:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação	
	2023	2022	Valor	2020/2019
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)
72 Prestações de serviços	1 276 048,33	1 213 533,82	62 514,51	5,15%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	566 773,48	541 431,33	25 342,15	4,68%
76 Reversões	296,56	354,05	-57,49	-16,24%
78 Outros rendimentos e ganhos	121 995,73	79 208,47	42 787,26	54,02%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	1 178,22	203,10	975,12	480,12%

Em 2023 procedeu-se à mudança de contabilização dos valores atribuídos pelo Instituto de Segurança Social à Creche e Jardim de Infância. Por disposição da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), deixou-se de lançar os valores recebidos na conta 75 - "Subsídios à exploração" e são lançados na rubrica 72 - "Prestação de Serviços". A CNC sugere, pois, que:

- Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;*
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).*

Além do atrás referido, verificou-se ainda um aumento do subsídio concedido pela Câmara Municipal da Trofa em cerca de 33.000,00€ e do INEM de 7.400,00€.

Em "Outros rendimentos", nomeadamente em "Alienações", estão contidos valores da venda de quatro viaturas dos ativos da Associação, perfazendo € 24.000,00.

## Indicadores económico-financeiros

A Associação continua a usufruir de um equilíbrio financeiro como pode ser observado no quadro seguinte:

### Balanço funcional

Unidade monetária: euros

Descrição		2023	2022
Ativos não correntes	1	3 141 036,41	2 538 274,29
Passivos não correntes	2	98 374,09	157 679,50
Fundos Patrimoniais	3	3 714 323,09	3 611 969,07
Fundo de maneo	4 = 2 + 3 - 1	671 660,77	1 231 374,28
Caixa e equivalentes de caixa	5	308 732,61	793 236,20
Dívida financeira corrente	6	61 680,23	61 734,89
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	247 052,38	731 501,31
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	8	698 072,44	719 679,02
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	273 464,05	219 806,05
Necessidades de fundo de maneo	10 = 8 - 9	424 608,39	499 872,97

Relativamente aos Meios Libertos e ao Valor Acrescentado Bruto, os montantes obtidos foram os seguintes:

### Valor acrescentado bruto

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
Resultado de Exploração	-32 707,52	2 655,36
Meios Libertos Brutos de Exploração	197 855,05	223 169,10
Meios Libertos Brutos de Totais (EBITDA)	320 048,62	288 615,63
Meios Libertos Líquidos Totais (Cash-Flow)	311 356,91	285 259,75
Valor Acrescentado Bruto	1 411 694,86	1 264 813,96

Face à atividade desenvolvida e aos resultados obtidos, podemos considerar que os indicadores financeiros continuam sólidos:

Descrição		2023	2022
Autonomia Financeira	Percentagem	89,55	89,16
Liquidez Geral	Unidade	3,00	5,37
Liquidez Reduzida	Unidade	3,00	5,37
Liquidez Imediata	Unidade	0,92	2,82
Solvabilidade	Unidade	8,57	8,22
Rácio de Endividamento	Percentagem	10,45	10,84

## 7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

## 8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção, em 11 de março de 2024.

## 9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado, em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 10. Evolução previsível da entidade

É previsível um significativo aumento nas atividades desenvolvidas, mormente no aumento da capacidade da Creche.

Apesar do cenário Macroeconómico prever uma evolução modesta nos rendimentos nacionais, a Associação mantém os seus objetivos centrais espelhados nos seus Estatutos, que foram, e serão, sempre assegurados.

## 11. Proposta de aplicação de resultados

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa apresentou um resultado líquido positivo no montante de setenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis euros e setenta e cinco cêntimos (€ 76.576,75).

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2023 seja transferido para a conta "Resultados Transitados".

## 12. Outras informações

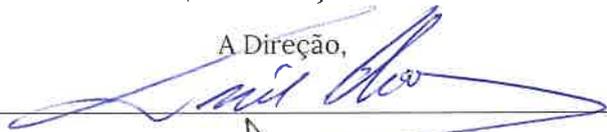
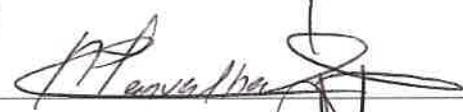
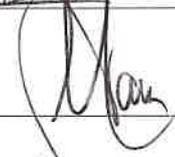
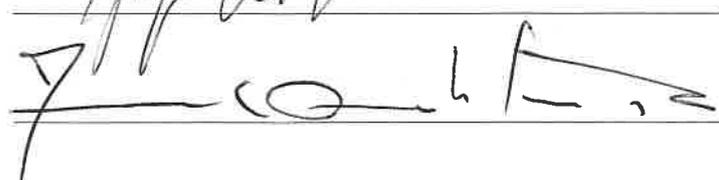
A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

## 13. Encerramento

A Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa aproveita a oportunidade para agradecer a todos os trabalhadores e voluntários pelo elevado sentido profissional, dedicação, lealdade e capacidade na preservação de valor que permitiu manter a continuidade de um serviço com a mesma qualidade e competência, bem como a colaboração prestada por todos os fornecedores e restantes entidades públicas e privadas que com ela se relacionaram.

Trofa, 11 de março de 2024

A Direção,

  
Henrique Pereira  
  
  
Filipe Martins  
Paulo G. U.  
  
Filipe Martins  


## Balanço Analítico

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

BALANÇO DE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2023	31.12.2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3 134 069,61	2 531 659,36
Investimentos financeiros	5	6 966,80	6 614,93
Subtotal		3 141 036,41	2 538 274,29
<b>Ativo corrente</b>			
Créditos a receber	6	199 594,08	91 036,11
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros Entes Públicos	7	49 257,40	6 682,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	8	16 333,26	15 486,00
Outros ativos correntes	9	422 138,46	593 050,15
Diferimentos	10	10 749,24	13 424,06
Caixa e Depósitos Bancários	11	308 732,61	793 236,20
Subtotal		1 006 805,05	1 512 915,22
<b>Total do ativo</b>		<b>4 147 841,46</b>	<b>4 051 189,51</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	12	539 318,32	539 318,32
Resultados transitados	12	1 969 406,38	1 904 660,37
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	12	1 129 021,64	1 103 244,37
Resultado Líquido do Período		76 576,75	64 746,01
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>3 714 323,09</b>	<b>3 611 969,07</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	13	98 374,09	157 679,50
Subtotal		98 374,09	157 679,50
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	86 367,56	26 738,55
Estado e outros Entes Públicos	7	31 169,99	23 735,13
Financiamentos obtidos	13	61 680,23	61 734,89
Diferimentos	10	17 755,02	19 517,60
Outros passivos correntes	15	138 171,48	149 814,77
Subtotal		335 144,28	281 540,94
<b>Total do passivo</b>		<b>433 518,37</b>	<b>439 220,44</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>4 147 841,46</b>	<b>4 051 189,51</b>

Trofa, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
(CC.N.º 91756)



Relatório de Atividades e Contas 2023

A DIREÇÃO



## Demonstração de Resultados por Naturezas

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício	
		2023	2022
Serviços prestados	16	1 276 048,33	1 213 533,82
Subsídios, doações e legados à exploração	17	566 773,48	541 431,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(31 474,20)	(23 748,66)
Fornecimentos e serviços externos	19	(399 652,75)	(466 402,53)
Gastos com o pessoal	20	(1 209 622,22)	(1 036 047,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(4 217,59)	(5 597,51)
Outros rendimentos	21	123 173,95	79 411,57
Outros gastos	22	(5 197,97)	(13 965,04)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>315 831,03</b>	<b>288 615,63</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(230 562,57)	(220 513,74)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>85 268,46</b>	<b>68 101,89</b>
Juros e gastos similares suportados	23	(8 691,71)	(3 355,88)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>76 576,75</b>	<b>64 746,01</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>76 576,75</b>	<b>64 746,01</b>

Trofa, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
(CC N.º 91766)

A DIREÇÃO

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Exercício	
		2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 152 964,90	1 208 598,32
Pagamento a fornecedores		(519 907,41)	(577 107,34)
Pagamentos ao pessoal		(836 895,05)	(681 765,80)
Caixa gerada pelas operações		(203 837,56)	(50 274,82)
Outros recebimentos/pagamentos		373 411,84	231 439,74
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		169 574,28	181 164,92
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(691 209,46)	(117 924,08)
Investimentos financeiros		(849,18)	(2 228,70)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		77 615,24	80 000,00
Investimentos financeiros		300,24	1 899,24
Outros Ativos		2 027,46	848,62
Juros e rendimentos similares		1 178,22	203,10
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(610 937,48)	(37 201,82)
<b>Fluxos de caixa da atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Doações		24 911,39	20 959,92
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(59 864,51)	(31 240,61)
Juros e gastos similares		(8 187,27)	(2 700,88)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(43 140,39)	(12 981,57)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		(484 503,59)	130 981,53
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	793 236,20	662 254,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	308 732,61	793 236,20

Trofa, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
(CC N.º 91766)



A DIREÇÃO

## Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	539 318,32	1 944 150,02	626 129,62	(39 489,65)	3 070 108,31	3 070 108,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	(39 489,65)	477 114,75	39 489,65	477 114,75	477 114,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				64 746,01	64 746,01	64 746,01
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				104 235,66	541 860,76	541 860,76
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6=1+2+3	539 318,32	1 904 660,37	1 103 244,37	64 746,01	3 611 969,07	3 611 969,07

### DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2023

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	539 318,32	1 904 660,37	1 103 244,37	64 746,01	3 611 969,07	3 611 969,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	64 746,01	25 777,27	(64 746,01)	25 777,27	25 777,27
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				76 576,75	76 576,75	76 576,75
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				11 830,74	102 354,02	102 354,02
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2023	6+7+8	539 318,32	1 969 406,38	1 129 021,64	76 576,75	3 714 323,09	3 714 323,09

Trofa, 31 de Dezembro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
(CC N.º 91766)



A DIREÇÃO



*[Handwritten signatures in blue and black ink]*

# Anexo

## 1. Identificação da entidade

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA é uma instituição sem fins lucrativos, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-lei n.º 460/77, de 07 de novembro de 1977 e tem sede na Rua D. Pedro V, 4785-306 Trofa.

Para a prossecução dos seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios;
- Prestação de serviços de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos;
- Exercício de atividade de caráter social de apoio à infância em Creche e Jardim de Infância;
- Outras atividades de apoio à comunidade, como por exemplo lúdicas, museu e biblioteca.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

### 2.1. Referencial contabilístico utilizado

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

### 1.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**1.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

No ano de 2023 a CNC – Comissão de normalização contabilística aprovou a FAQ nº 39 com o seguinte texto:

*Qual o enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e Entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais?*

*Resposta: Relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e Entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais, considera a CNC que:*

- a) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, e for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (acordos típicos), está-se perante uma prestação de serviços (Conta 72), devendo a entidade proceder à apropriada divulgação no Anexo da decomposição da origem dos réditos;*
- b) Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuída tendo em vista suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), está-se perante um subsídio à exploração (Conta 75).*

*(Aprovado pelo CNCE em 24 de novembro de 2023)*

Em face do atrás referido, reclassificaram-se os valores recebidos por acordo de cooperação, atribuídos pelo Instituto de Segurança Social (I.S.S.) à Creche e Jardim de Infância. Por disposição da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), deixou-se de lançar esses valores recebidos do I.S.S. na conta 75 - “Subsídios à exploração” e passaram a ser contabilizados na rubrica 72 - “Prestação de Serviços”.

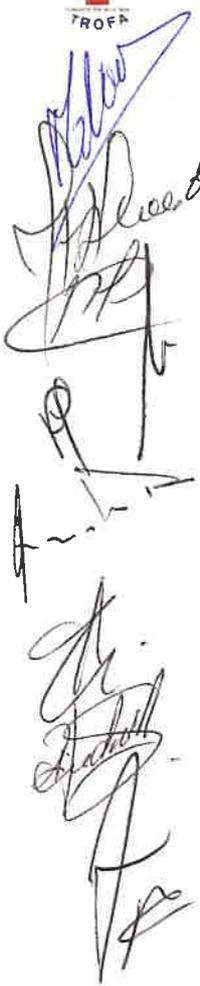
Para efeitos de comparabilidade das contas foi utilizado o mesmo critério para o período de 2022

Em 2023 procedeu-se à classificação dos donativos obtidos na conta 75 “Subsídios , doações e legados à exploração”, os quais em 2022 tinham sido considerados na rubrica 78”Outros rendimentos”. Para efeitos de comparabilidade das contas foi utilizado o mesmo critério para o período de 2022

### 3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

#### 3.1. Principais Políticas Contabilísticas

- a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes;**



As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

#### **3.1.1. a) Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2. a) Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

#### **3.1.3. a) Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um exercício para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4. a) Materialidade e Agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

#### **3.1.5. a) Compensação**

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

#### **3.1.6. a) Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias mais complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.7. a) Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



### 3.1.8. a) **Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.9. a) **Representação fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### 3.1.10. a) **Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento.

### 3.1.11. a) **Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### 3.1.12. a) **Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos significativos que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas nem provisões excessivas.

### 3.1.13. a) **Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao exercício anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.1.14. a) **Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo.

## b) Outras políticas contabilísticas

### Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.1.1. b) Ativos Fixos Tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no exercício em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”

### 3.1.2. b) Clientes e Outros Ativos Correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

### 3.1.3. b) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### 3.1.4. b) Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

### 3.1.5. b) Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.1.6. b) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável que permita atividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

### 3.1.7. b) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **3.1.8. b) Benefícios dos Empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao exercício, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorreram.

### **3.1.9. b) Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rúbrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### **3.1.10. b) Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rúbrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem e a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os recebimentos referentes a financiamentos obtidos através de empréstimos obtidos e doações bem como o pagamento de juros e gastos similares respeitantes a financiamentos obtidos.

### **3.1.11.b) Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rúbrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.1.12. b) Julgamentos e Estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

### 3.1.13.b) Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

## 4. Ativos Fixos Tangíveis

A Quantia escriturada bruta, as Depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos exercícios indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram apuradas de acordo com o seguinte quadro:

Custo	2022				Saldo em 31-Dez-2022
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3 172 953,58	-	-	-	3 172 953,58
Equipamento básico	2 026 566,00	117 350,26	(7 800,00)	-	2 136 116,26
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	256 462,89	2 490,44	-	-	258 953,33
Outros Ativos fixos tangíveis	115 080,34	2 281,50	-	-	117 361,84
Ativos Fixos tangíveis em curso	14 975,25	3 075,00	-	-	18 050,25
<b>Total (A)</b>	<b>5 586 038,06</b>	<b>125 197,20</b>	<b>(7 800,00)</b>	<b>-</b>	<b>5 703 435,26</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	1 125 487,16	81 323,94	-	(323,63)	1 206 487,47
Equipamento básico	1 507 981,73	123 358,13	(7 800,00)	-	1 623 539,86
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	231 105,85	11 565,84	-	-	242 671,69
Outros Ativos fixos tangíveis	94 811,05	4 265,83	-	-	99 076,88
<b>Total (B)</b>	<b>2 959 385,79</b>	<b>220 513,74</b>	<b>(7 800,00)</b>	<b>(323,63)</b>	<b>3 171 775,90</b>
<b>Quantia Escriturada (A-B)</b>	<b>2 626 652,27</b>	<b>(95 316,54)</b>	<b>-</b>	<b>(323,63)</b>	<b>2 531 659,36</b>

**2023**

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Alienações	Saldo em 31-Dez-2023
<b>Custo</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3 172 953,58	-	-	-	3 172 953,58
Equipamento básico	2 136 116,26	248 589,15	(116 000,00)	(57 100,00)	2 211 605,41
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	258 953,33	18 730,60	(1 237,86)	-	276 446,07
Outros Ativos fixos tangíveis	117 361,84	7 723,71	-	-	125 085,55
Ativos Fixos tangíveis em curso	18 050,25	558 070,00	-	-	576 120,25
<b>Total (A)</b>	<b>5 703 435,26</b>	<b>833 113,46</b>	<b>(117 237,86)</b>	<b>(57 100,00)</b>	<b>6 362 210,86</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	1 206 487,47	81 000,45	-	-	1 287 487,92
Equipamento básico	1 623 539,86	134 003,67	(116 000,00)	(57 100,00)	1 584 443,53
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	242 671,69	10 475,51	(1 137,82)	-	252 009,38
Outros Ativos fixos tangíveis	99 076,88	5 123,54	-	-	104 200,42
<b>Total (B)</b>	<b>3 171 775,90</b>	<b>230 603,17</b>	<b>(117 137,82)</b>	<b>(57 100,00)</b>	<b>3 228 141,25</b>
<b>Quantia Escriturada (A-B)</b>	<b>2 531 659,36</b>	<b>602 510,29</b>	<b>(100,04)</b>	<b>-</b>	<b>3 134 069,61</b>

O valor € 57.100,00, em 2023, relativo a “Equipamento básico” – “Alienações”, respeita a quatro viaturas: duas Ambulâncias de Socorro – ABSC, e duas Ambulâncias de Transporte Múltiplo – ABTM, veículos estes vendidos a outras corporações de bombeiros.

O valor de € 116.000,00 relativo a “Equipamento básico” – “Abates”, respeita a uma viatura de combate a incêndio “MAN” matrícula 31-OU-07 “VTTF01” que foi abatida.

## 5. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica “Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2022	Aumentos	Diminuições	31.12.2023
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>6 614,93</b>	<b>652,11</b>	<b>300,24</b>	<b>6 966,80</b>
Fundo de Compensação do Trabalho	6 614,93	652,11	300,24	6 966,80
<b>Total</b>	<b>6 614,93</b>	<b>652,11</b>	<b>300,24</b>	<b>6 966,80</b>

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

Entretanto, através da Lei n.º 13/2023 de 13 de abril, ficaram suspensas as entregas acima mencionadas.

O valor de € 300,24 contido em diminuições de investimentos financeiros é respeitante ao resgate do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) de ex-trabalhadores.

## 6. Créditos a receber

Para os exercícios de 2023 e 2022, a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>199 594,08</b>	<b>91 036,11</b>
Clientes e utentes	199 594,08	91 036,11
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>41 838,84</b>	<b>37 621,25</b>
Clientes e utentes Associação	41 838,84	37 621,25
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>	<b>(41 838,84)</b>	<b>(37 621,25)</b>
<b>Sub-Total</b>	<b>199 594,08</b>	<b>91 036,11</b>
<b>Total</b>	<b>199 594,08</b>	<b>91 036,11</b>

Em 2023 foram constituídas imparidades para créditos em mora superior a 24 meses.

Nos exercícios de 2023 e 2022 foram reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Cientes e utentes</b>	<b>4 217,59</b>	<b>5 597,51</b>
Perdas por Imparidades	4 514,15	5 951,56
Reversão de perdas por Imparidades	(296,56)	(354,05)
<b>Outros devedores</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>4 217,59</b>	<b>5 597,51</b>

## 7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	3,04	12,76
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	49 254,36	6 669,94
<b>Total</b>	<b>49 257,40</b>	<b>6 682,70</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)-Trabalho dependente	3 833,00	3 910,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)-Trabalho independente	414,41	468,48
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 441,58	1 045,02
Segurança Social	21 481,00	18 103,95
Fundos de Compensação	-	207,68
<b>Total</b>	<b>31 169,99</b>	<b>23 735,13</b>

## 8. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Para os exercícios findos de 2023 e 2022 esta rubrica encontra-se assim repartida:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023		2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Ativo</b>				
Quotas				
Associados individuais	14 327,26	-	13 910,00	-
Associados empresas	2 006,00	-	1 576,00	-
<b>Total</b>	<b>16 333,26</b>	<b>-</b>	<b>15 486,00</b>	<b>-</b>

## 9. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" apresenta a seguinte decomposição:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>	<b>45 582,03</b>	<b>44 557,20</b>
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	11 223,47	10 525,65
INEM - Instituto Nacional Emergência Médica	4 890,00	4 500,00
Câmara Municipal da Trofa - EIP	23 375,33	14 510,22
IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional	-	11 305,00
Segurança Social	6 093,23	3 716,33
<b>Outros Devedores</b>	<b>376 556,43</b>	<b>548 492,95</b>
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	15 569,37	27 118,91
IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional	41 573,61	18 859,39
Sócios - quotas a realizar	33 473,44	24 022,44
Fornecedores	310,01	429,61
Segurança Social	262 885,36	470 748,31
Outros Devedores	22 744,64	7 314,29
<b>Total</b>	<b>422 138,46</b>	<b>593 050,15</b>

## 10. Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" apresenta os seguintes saldos:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	9 582,36	11 549,25
Rendas a alugueres	171,59	171,59
Licenças	995,29	1 703,22
<b>Total</b>	<b>10 749,24</b>	<b>13 424,06</b>
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>		
Outros acréscimos - IEFP	17 755,02	19 517,60
<b>Total</b>	<b>17 755,02</b>	<b>19 517,60</b>

## 11. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
Caixa	3 242,43	5 506,60
Depósitos à ordem	104 793,98	386 941,20
Depósitos a prazo	200 696,20	400 788,40
<b>Total</b>	<b>308 732,61</b>	<b>793 236,20</b>

## 12. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Unidade monetária: euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	539 318,32	-	-	539 318,32
Resultados transitados	1 904 660,37	64 746,01		1 969 406,38
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 103 244,37	106 387,54	(80 610,27)	1 129 021,64
<b>Sub-Total</b>	<b>3 547 223,06</b>	<b>171 133,55</b>	<b>(80 610,27)</b>	<b>3 637 746,34</b>
Resultado líquido do período	64 746,01	76 576,75	(64 746,01)	76 576,75
<b>Total</b>	<b>3 611 969,07</b>	<b>247 710,30</b>	<b>(145 356,28)</b>	<b>3 714 323,09</b>

Unidade monetária: euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	539 318,32	-	-	539 318,32
Resultados transitados	1 944 150,02	(39 489,65)		1 904 660,37
Outras variações nos fundos patrimoniais	626 129,62	547 521,23	(70 406,48)	1 103 244,37
<b>Sub-Total</b>	<b>3 109 597,96</b>	<b>508 031,58</b>	<b>(70 406,48)</b>	<b>3 547 223,06</b>
Resultado líquido do período	(39 489,65)	64 746,01	39 489,65	64 746,01
<b>Total</b>	<b>3 070 108,31</b>	<b>572 777,59</b>	<b>(30 916,83)</b>	<b>3 611 969,07</b>

## 13. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o financiamento constante no “Passivo Corrente” e “Não Corrente” encontra-se assim repartido:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2023			31.12.2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	61 680,23	98 374,09	160 054,32	61 734,89	157 679,50	219 414,39
<b>Total</b>	<b>61 680,23</b>	<b>98 374,09</b>	<b>160 054,32</b>	<b>61 734,89</b>	<b>157 679,50</b>	<b>219 414,39</b>

A exigibilidade deste empréstimo pode ser assim resumida:

### Empréstimos Bancários

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2023			31.12.2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	61 680,23	6 480,25	68 160,48	61 734,89	2 338,15	64 073,04
De um a cinco anos	98 374,09	3 866,51	102 240,60	157 679,50	2 503,17	160 182,67
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>160 054,32</b>	<b>10 346,76</b>	<b>170 401,08</b>	<b>219 414,39</b>	<b>4 841,32</b>	<b>224 255,71</b>

A 28 de junho de 2021, celebrou-se um contrato de financiamento com o Banco Comercial Português, S. A., no montante de € 250.000,00, que vence juros à Taxa EURIBOR a 180 dias,

acrescido de um *spread* de 1,00% pelo prazo de 5 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2021.

Em 2023, os valores pagos nas prestações foram os seguintes:

Unidade monetária: euros

Ano	Amortização capital	Juros	Total prestações
2023	59 360,07	8 187,27	67 547,34

O quadro seguinte indica o valor prestacional mensal a pagar em 2024:

Unidade monetária: euros

Data prestação	Amortização capital	Juros	Prestação
28-01-2024	5 025,42	654,62	5 680,04
28-02-2024	5 045,97	634,07	5 680,04
28-03-2024	5 066,61	613,43	5 680,04
28-04-2024	5 087,33	592,71	5 680,04
28-05-2024	5 108,14	571,90	5 680,04
28-06-2024	5 129,03	551,01	5 680,04
28-07-2024	5 150,01	530,03	5 680,04
28-08-2024	5 171,07	508,97	5 680,04
28-09-2024	5 192,22	487,82	5 680,04
28-10-2024	5 213,46	466,58	5 680,04
28-11-2024	5 234,78	445,26	5 680,04
28-12-2024	5 256,19	423,85	5 680,04
<b>Total</b>	<b>61 680,23</b>	<b>6 480,25</b>	<b>68 160,48</b>

#### 14. Fornecedores

O saldo da rubrica "Fornecedores" apresenta os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	86 367,56	26 738,55
<b>Total</b>	<b>86 367,56</b>	<b>26 738,55</b>

#### 15. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
Fornecedores de Investimentos	15 538,75	14 400,00
Credores por acréscimos de gastos	114 723,89	125 810,48
Remunerações a liquidar	110 478,25	118 826,29
Outros acréscimos	4 245,64	6 984,19
Clientes e utentes	17,34	17,34
Associados	267,00	318,00
Outros credores	7 624,50	9 268,95
<b>Total</b>	<b>138 171,48</b>	<b>149 814,77</b>

## 16. Serviços prestados

Para 2023 e 2022 foram apurados os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Prestação de Serviços</b>		
<b>Quotas utilizadores</b>	<b>96 022,96</b>	<b>97 162,96</b>
Quotas individuais	79 111,96	81 151,96
Quotas empresas	16 911,00	16 011,00
<b>Serviços da atividade específica</b>	<b>1 180 025,37</b>	<b>1 116 370,86</b>
Transporte pessoas - Assistência em saúde	667 530,26	612 400,81
Serviços Creche e Infantário	467 011,99	453 380,82
Outros serviços	45 483,12	50 589,23
<b>Total</b>	<b>1 276 048,33</b>	<b>1 213 533,82</b>

Em face do atrás referido no ponto 2.3, para efeitos de comparabilidade das conta, foi utilizado o mesmo critério para o período de 2022, cujo valor reclassificado da rubrica 75 - Subsídios para a 72 - Prestação de Serviços foi de 311.745,50€.

## 17. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes saldos na rubrica de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Subsídios do Estado e outros Entes Públicos</b>	<b>532 976,26</b>	<b>512 390,18</b>
Câmara Municipal da Trofa	232 106,61	198 538,62
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Cível	217 779,66	225 373,68
INEM-Instituto Nacional Emergência Médica	61 650,00	54 250,00
IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional	18 439,99	28 014,08
CRSSP_Centro Regional da Segurança Social do Porto	-	-
Junta de Freguesia de Bougado	3 000,00	1 500,00
Instituto Segurança Social	-	4 713,80
<b>Doações</b>	<b>33 797,22</b>	<b>29 041,15</b>
Em dinheiro	19 111,39	17 447,42
Em espécie	14 685,83	11 593,73
<b>Total</b>	<b>566 773,48</b>	<b>541 431,33</b>

Em 2023 o valor das doações passou a ser contabilizado na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração, e não na conta 78 – Outros rendimentos, como vinha sendo feito em 2022, a fim de ir ao encontro das orientações da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) tendo como objetivo a comparabilidade dos dados.

Além do atrás referido verificou-se ainda um aumento do subsídio concedido pela Câmara Municipal da Trofa em cerca de 33.000,00€ e do INEM de 7.400,00€.

## 18. Custo das matérias consumidas

Em 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Custo das matérias consumidas</b>		
Existência inicial	-	-
Compras	31 474,20	23 748,66
Existência final	-	-
<b>Total</b>	<b>31 474,20</b>	<b>23 748,66</b>

## 19. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 2023 e 2022 foi a seguinte:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Serviços Especializados</b>	<b>148 315,03</b>	<b>165 822,05</b>
Trabalhos especializados	24 409,22	23 180,23
Conservação e reparação	97 655,49	117 803,84
Outros serviços	26 250,32	24 837,98
<b>Materiais</b>	<b>18 916,45</b>	<b>21 764,53</b>
Energia e fluidos	147 271,52	196 327,51
Deslocações, estadas e transportes	3 962,24	3 077,06
<b>Serviços diversos</b>	<b>81 187,51</b>	<b>79 411,38</b>
Rendas e alugueres	2 059,08	1 887,49
Comunicação	10 731,04	9 944,39
Seguros	37 704,14	38 110,42
Solenidades e festas	9 330,04	7 919,61
Contencioso e notariado	908,00	1 314,76
Limpeza, higiene e conforto	13 501,62	14 262,05
Outros serviços	6 953,59	5 972,66
<b>Total</b>	<b>399 652,75</b>	<b>466 402,53</b>

## 20. Gastos com o pessoal

Os gastos que Associação registou com os colaboradores foram os seguintes:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	974 307,46	822 876,33
Indemnizações	12 000,00	-
Encargos sobre as Remunerações	187 243,35	157 841,96
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 874,79	13 118,47
Outros Gastos com o Pessoal	24 196,62	42 210,59
<b>Total</b>	<b>1 209 622,22</b>	<b>1 036 047,35</b>

O aumento de € 173.574,87 registado nesta rúbrica deve-se, quer ao aumento generalizado da massa salarial, quer ao aumento do número de trabalhadores ao serviço da entidade.

O número médio de trabalhadores em 2023 foi de 67 e em 2022 foi de 63.

## 21. Outros Rendimentos

A rúbrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

	2023	2022
<b>Outros rendimentos</b>	<b>121 995,73</b>	<b>79 208,47</b>
Correções relativas a períodos anteriores	36,97	1 014,06
Imputação de Subsídios/Doações para investimento	80 610,27	70 406,48
Ganhos em Outros Instrumentos não Financeiros	6 618,63	872,80
Alienações	24 000,00	-
Outros rendimentos não especificados	10 729,86	6 915,13
<b>Juros de depósitos bancários</b>	<b>1 178,22</b>	<b>203,10</b>
<b>Total</b>	<b>123 173,95</b>	<b>79 411,57</b>

Tal como referido na nota 17 atrás, em 2023 o valor das doações passou a ser contabilizado na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração, e não na conta 78 – Outros rendimentos, como vinha sendo feito em 2022, a fim de ir ao encontro das orientações da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) tendo como objetivo a comparabilidade dos dados.

Em “Alienações”, estão contidos valores da venda de quatro viaturas dos ativos da Associação, valores estes que ascenderam aos € 24.000,00.

Relativo ao valor € 10.729,86 de “Outros rendimentos não especificados”, estão inseridos, entre outros, valores recebidos relativamente a injunções de tribunais (€ 5.800,00), e a benefícios e penalidades contratuais (€ 2.038,84).

## 22. Outros Gastos

A rúbrica de “Outros Gastos” está assim dividida:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
Impostos	2 031,79	1 906,18
Outros	3 166,18	12 058,86
Correções relativas a exercícios anteriores	2 275,36	11 008,44
Quotizações	750,00	750,00
Outros não especificados	140,82	300,42
<b>Total</b>	<b>5 197,97</b>	<b>13 965,04</b>

### 23. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e similares:

Unidade monetária: euros

Descrição	2023	2022
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	8 187,27	2 700,88
Outros gastos e perdas de financiamento	504,44	655,00
<b>Total</b>	<b>8 691,71</b>	<b>3 355,88</b>

### 24. Garantias prestadas

Em 31/12/2023, a entidade apresentava as seguintes responsabilidades, junto do Banco de Portugal:

Unidade monetária: euros

Banco	Nível de responsabilidade	Produto Financeiro	Saldo do financiamento 2022.12.31	Valor Prestação	Montante da Garantia	Tipo de Garantia
Millennium BCP	Devedor	Financiamento Atividade	160 054,32	5 679,11 €	132 047,42	1000
			160 054,32		132 047,42	

### 25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no período de 2023, foram de € 3.690,00 (IVA incluído) referentes exclusivamente a revisão legal das contas de 2023.

### 26. Matérias ambientais

A entidade não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros.

## 27. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

## 28. Aplicação do Resultado Líquido

No que respeita ao exercício de 2022, o órgão de gestão propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido, no montante de € 64.746,01 fosse transferido para Resultados Transitados.

No que respeita ao exercício de 2023, o órgão de gestão propõe, no seu relatório anual, que o resultado líquido positivo, no montante de € 76.576,75, seja aplicado como segue:

- Resultados Transitados € 76.576,75

## 29. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

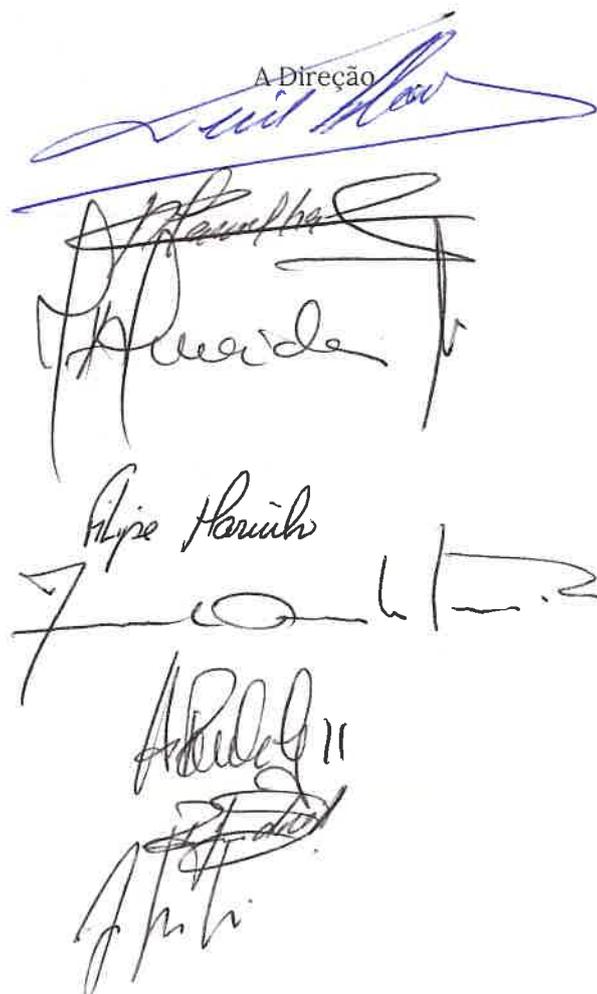
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 11 de março de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de sócios nos termos dos estatutos da entidade e da legislação comercial e societária em vigor em Portugal.

Trofa, 11 de março de 2024

O Contabilista Certificado  
(CC N.º 91766)



A Direção



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de **4.147.841,46 euros** e um total de fundos patrimoniais de **3.714.323,09 euros**, incluindo um resultado líquido de **76.576,75 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;





- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Trofa, 12 de março de 2024

**ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC**  
Representada por:

  
João Carlos do Sul Ribeiro – ROC nº 1106  
(inscrito na CMVM sob o nº 20160718)





---

## ACTAS

---

### Ata número vinte e sete

Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, pelas dezanove horas, reuniram em sessão ordinária, na sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, sita na Rua D. Pedro V - 4785-306 Trofa, os membros do Conselho Fiscal - **José Luís Campos Reis** - Presidente, **Fernando Ferreira das Neves** - Vice-Presidente e **António da Costa Pontes** - Secretário, estando também presentes o Presidente da Direção - **Luís Manuel Campos Elias** e o Tesoureiro - **Jorge Manuel Magalhães Ferreira**.-----

Da Ordem de Trabalhos constava a análise do relatório e contas do exercício de dois mil e vinte e três e emissão do relatório e parecer do Conselho Fiscal da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa. -----

Abriu a sessão o Presidente do Conselho Fiscal, que, depois de saudar todos os presentes, passou a palavra ao Presidente da Direção que procedeu à apresentação do Relatório e Contas do ano de dois mil e vinte e três. -----

De seguida, o Tesoureiro, apresentou os mapas financeiros com as **contas de 2023**, efetuando a análise comparativa com o ano anterior, nomeadamente nas rubricas de gastos e rendimentos. Foram, também, apresentados e analisados o mapa comparativo entre os valores orçados e efetivos, o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo ao balanço. -----

Após a análise das contas, foram solicitados alguns esclarecimentos à Direção por parte dos membros do Conselho Fiscal, os quais foram prestados. -----

Feita a análise do relatório e contas do exercício e prestados os esclarecimentos, procedeu-se à emissão do Parecer infra e subsequente encerramento da reunião: -----



---

## ACTAS

---

### ----- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL -----

Nos termos dos estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem o **Conselho Fiscal** apresentar o **Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas** apresentados pela Direção relativos ao **exercício de 2023**. -----

Acompanhámos a gestão corrente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, analisámos, por amostragem, a documentação que serve de suporte à relevação contabilística do exercício e confirmamos os valores constantes das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço em **2023.12.31**, (que evidencia um total **4.147.841,46 €** e um total de fundos patrimoniais de **3.714.323,09 €**, incluindo um resultado líquido de **76.576,75 €**, a Demonstração de Resultados por Naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.-----

Da parte dos membros da Direção recebemos os esclarecimentos solicitados. -----

Face ao referido no nosso relatório e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de Parecer que: -----

- a) *Sejam aprovados o Relatório e Contas, apresentado pela Direção, referentes ao exercício de 2023;* -----
- b) *Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado contida naquele relatório.*

Por último, propomos: -----

1. Voto de louvor aos membros da Direção pela eficiência demonstrada no desempenho das suas funções. -----

2. Voto de louvor aos colaboradores do setor administrativo pelo rigor, clareza e eficiência com que atempadamente apresentam os elementos contabilísticos. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram doze horas, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos presentes, depois de lida e aprovada. ---

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

